

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO -
CAU/SC

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO SANTA CATARINA - CAU/SC

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Federal e ao Conselho Diretor do
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina - CAU/SC
Florianópolis - SC

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina - CAU/SC ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimoniais, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina - CAU/SC em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e limitação de circulação

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 2.1 e 3.2.1, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nesse sentido, o presente relatório pode não servir para outras finalidades e, portanto, sua distribuição deve ser limitada às partes familiarizadas com seus objetivos e sua base de elaboração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 15 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - DF



Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC DF 015827/O-3

Balço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	9,041,434	7,294,264	PASSIVO CIRCULANTE	769,868	366,231
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.327,506	6.773,129	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	278,700	6,222
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.419,110	442,421	PROVISÕES A CURTO PRAZO	394,265	323,856
CLIENTES	1.185,176	993,759	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	96,904	36,153
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	233,934	(551,338)			
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	294,819	78,714			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	490,443	501,354	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	276,023	-
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	148	9,849	PROVISÕES A LONGO PRAZO	276,023	-
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	148	9,849			
IMOBILIZADO	472,864	474,242			
BENS MÓVEIS	775,199	703,471			
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(302,334)	(229,229)			
INTANGÍVEL	17,431	17,262			
SOFTWARES	26,774	23,574			
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(9,343)	(6,312)			
			TOTAL DO PASSIVO	1,045,891	366,231
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	-	-
			Ajuste de avaliação Patrimonial	-	-
			Demais Reservas	-	-
			Resultados Acumulados	8,485,986	7,429,387
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8,485,986	7,429,387
TOTAL	9,531,878	7,795,618	TOTAL	9,531,878	7,795,618
ATIVO FINANCEIRO	7,327,506	6,773,129	PASSIVO FINANCEIRO	1,208,140	813,193
ATIVO PERMANENTE	2,204,372	1,022,489	PASSIVO PERMANENTE	276,023	-
SALDO PATRIMONIAL				8,047,715	6,982,424
Compensações					
ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Execução de Direitos Conveniados	-	-	Execução de Obrigações Conveniadas	-	-
Execução de Direitos Contratuais	-	-	Execução de Obrigações Contratuais	698,786	-
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	-	-	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	698,786	-
Quadro do Superávit/Déficit Financeiro					
	Exercício Atual		Exercício Anterior		
Superávit Financeiro	6,119,364		5,959,935		

Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	7,403,840	7,065,691	Despesa Orçamentária	7,103,478	6,637,710
RECEITA REALIZADA	7,403,840	7,065,691	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	431,153	412,842
RECEITA CORRENTE	7,403,840	7,065,691	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	277,474	6,222
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2,789,455	2,615,976	CREDITO EMPENHADO - PAGO	6,394,852	6,218,647
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2,789,455	2,615,976	DESPESA CORRENTE	6,346,863	6,074,603
ANUIDADES	2,789,455	2,615,976	PESSOAL	3,779,003	3,535,075
RECEITA DE SERVIÇOS	3,985,307	3,637,479	MATERIAL DE CONSUMO	47,388	53,222
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	15,076	14,211	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	441,825	416,949
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	3,969,532	3,622,693	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1,043,702	992,496
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	698	574	ENCARGOS DIVERSOS	192,025	172,110
FINANCEIRAS	595,225	799,597	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	889	931
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	595,225	799,597	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	842,030	903,820
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	50,004	67,974	DESPESA DE CAPITAL	47,989	144,044
MULTAS SOBRE ANUIDADES	91,741	78,720	INVESTIMENTOS	47,989	144,044
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	453,480	652,903		-	-
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITO	410	583		-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	10		-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	33,854	12,630		-	-
MULTAS DE INFRAÇÕES	1,281	6,366		-	-
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	29,778	4,832		-	-
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	41	141		-	-
ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA POR AÇÕES JUDICIAIS	2,754	1,290		-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	-	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	3,590,660	2,057,041	Pagamentos Extraorçamentários	3,336,645	2,261,099
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	431,153	412,842	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	301,829	254,097
Inscrição de Restos a Pagar Processados	277,474	6,222	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	5,776	298,530
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	610,280	618,026	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	549,529	662,271
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2,271,754	1,019,952	Outros Pagamentos Extraorçamentários	2,479,511	1,046,201
Saldo em espécie do Exercício Anterior	6,773,129	6,549,205	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	7,327,506	6,773,129
Caixa e Equivalente de Caixa	6,773,129	6,549,205	Caixa e Equivalente de Caixa	7,327,506	6,773,129
Depósitos. Rest. Vlr. Vinculados	-	-	Depósitos. Rest. Vlr. Vinculados	-	-
Total:	17,767,629	15,671,938		17,767,629	15,671,938

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	7.649,053	8.066,739	7.649,053	8.066,739	7.403,840	(662,899)
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.965,498	3.201,262	2.965,498	3.201,262	2.789,455	(411,807)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.965,498	3.201,262	2.965,498	3.201,262	2.789,455	(411,807)
ANUIDADES	2.965,498	3.201,262	2.965,498	3.201,262	2.789,455	(411,807)
RECEITA DE SERVIÇOS	3.989,784	4.194,054	3.989,784	4.194,054	3.985,307	(208,747)
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	19,000	19,000	19,000	19,000	15,076	(3,924)
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	3.969,284	4.173,554	3.969,284	4.173,554	3.969,532	(204,022)
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	1,500	1,500	1,500	1,500	698	(802)
FINANCEIRAS	690,771	636,692	690,771	636,692	596,506	(40,186)
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	690,771	636,692	690,771	636,692	596,506	(40,186)
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	79,091	79,091	79,091	79,091	50,004	(29,087)
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	5,000	5,000	5,000	5,000	1,281	(3,719)
MULTAS SOBRE ANUIDADES	105,000	105,000	105,000	105,000	91,741	(13,259)
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	501,680	447,601	501,680	447,601	453,480	5,880
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3,000	34,731	3,000	34,731	32,573	(2,158)
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3,000	34,731	3,000	34,731	29,778	(4,953)
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	-	-	-	-	41	41
ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA POR AÇÕES JUDICIAIS	-	-	-	-	2,754	2,754
RECEITA DE CAPITAL	5.530,122	5.959,935	5.530,122	5.959,935	-	(5.959,935)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5.530,122	5.959,935	5.530,122	5.959,935	-	(5.959,935)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	5.530,122	5.959,935	5.530,122	5.959,935	-	(5.959,935)
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	13.179,175	14.026,674	13.179,175	14.026,674	7.403,840	(6.622,834)
DEFICIT	-	-	-	-	-	-
TOTAL	13.179,175	14.026,674	13.179,175	14.026,674	7.403,840	(6.622,834)
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	7.609,053	8.059,939	7.043,507	6.612,354	6.346,863	1.016,432
PESSOAL	4.272,723	4.309,613	4.015,454	4.011,277	3.779,003	294,159
PESSOAL E ENCARGOS	4.243,723	4.215,294	3.942,755	3.938,578	3.706,304	272,539
DIÁRIAS	29,000	94,319	72,699	72,699	72,699	21,620
MATERIAL DE CONSUMO	14,477	62,164	49,162	48,715	47,388	13,001
MATERIAL DE CONSUMO	14,477	62,164	49,162	48,715	47,388	13,001
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	518,695	555,858	447,921	447,921	441,825	107,937
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	90,521	90,616	80,825	80,825	74,729	9,791
DIÁRIAS	428,174	465,242	367,096	367,096	367,096	98,146
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.507,598	1.746,210	1.214,569	1.069,496	1.043,702	531,641
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	555,256	695,622	348,257	231,590	224,824	347,365
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	7,000	11,933	7,301	7,301	7,301	4,632
MANUTENÇÃO SISTEMAS INFORMATIZADOS	5,000	2,519	1,170	1,170	1,170	1,349
SERVIÇOS PRESTADOS	839,822	840,354	689,203	660,797	641,769	151,151
PASSAGENS	100,520	195,782	168,638	168,638	168,638	27,145
ENCARGOS DIVERSOS	200,484	508,156	460,981	192,025	192,025	47,174
ENCARGOS DIVERSOS	200,484	508,156	460,981	192,025	192,025	47,174
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	889	889	889	889	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.095,076	877,050	854,530	842,030	842,030	22,519
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	838,933	232,226	232,226	232,226	232,226	-
CONVÊNIO, CONTRATOS E PATROCÍNIO	256,143	84,079	61,560	49,060	49,060	22,519
CSC - Centro de Serviço Compartilhado	-	560,744	560,744	560,744	560,744	-
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	5.530,122	5.966,735	59,971	59,971	47,989	5.906,764
INVESTIMENTOS	5.530,122	5.964,753	47,989	47,989	47,989	5.906,764
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	160,000	114,818	44,789	44,789	44,789	70,029
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	5.370,122	5.836,735	-	-	-	5.836,735
INTANGÍVEL	-	3,200	3,200	3,200	3,200	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	11,982	11,982	11,982	-	-
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	-	11,982	11,982	11,982	-	-
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	40,000	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	13.179,175	14.026,674	7.103,478	6.672,325	6.394,852	6.923,196
SUPERÁVIT	-	-	300,362	-	-	(300,362)
TOTAL	13.179,175	14.026,674	7.403,840	6.672,325	6.394,852	6.622,834

Variações Patrimoniais

VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	8,404,869	7,778,919	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	7,335,885	7,215,197
CONTRIBUIÇÕES	3,700,174	3,326,185	PESSOAL E ENCARGOS	4,023,651	3,502,544
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3,700,174	3,326,185	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	3,695,391	3,190,459
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3,700,174	3,326,185	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	3,695,391	3,190,459
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	3,985,307	3,637,917	BENEFÍCIOS A PESSOAL	328,260	312,085
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3,985,307	3,637,917	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	328,260	312,085
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3,985,307	3,637,917	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	2,134,768	2,001,274
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	596,506	805,963	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	48,715	53,702
JUROS E ENCARGOS DE MORA	1,281	6,366	CONSUMO DE MATERIAL	48,715	53,702
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	1,281	6,366	SERVIÇOS	2,009,916	1,869,838
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	50,004	67,974	DIARIAS	439,795	404,776
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	50,004	67,974	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	249,462	149,393
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	545,221	731,623	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	1,320,659	1,315,668
MULTAS SOBRE ANUIDADES	545,221	731,623	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	76,137	77,734
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	-	10	DEPRECIACAO	76,137	77,734
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	-	10	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	887,352	908,820
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	-	10	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	887,352	908,820
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	-	0	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	887,352	908,820
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	-	0	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	14,090	802,560
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	122,882	8,844	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	14,090	802,560
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	40	141	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CREDITOS	14,090	802,560
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	40	141	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	276,023	-
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	122,841	8,702	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	276,023	-
INDENIZAÇÕES	29,778	4,832	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	276,023	-
ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA POR AÇÕES JUDICIAIS	174	3,871		-	-
REVERSÃO DE PROVISÕES	92,444	-		-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	446	-		-	-
Total das Variações Ativas :	8,404,869	7,778,919	Total das Variações Passivas :	7,335,885	7,215,197
			RESULTADO PATRIMONIAL		
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	1,068,984	563,722
Total	8,404,869	7,778,919	Total	8,404,869	7,778,919

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-	-
INGRESSOS	-	-
RECEITA CORRENTE	7,403,840	7,065,691
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2,789,455	2,615,976
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2,789,455	2,615,976
ANUIDADES	2,789,455	2,615,976
RECEITA DE SERVIÇOS	3,985,307	3,637,479
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	15,076	14,211
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	3,969,532	3,622,693
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	698	574
FINANCEIRAS	595,225	799,597
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	595,225	799,597
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	50,004	67,974
MULTAS SOBRE ANUIDADES	91,741	78,720
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	453,480	652,903
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITO	410	583
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	10
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	33,854	12,630
MULTAS DE INFRAÇÕES	1,281	6,366
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	29,778	4,832
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	41	141
ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA POR AÇÕES JUDICIAIS	2,754	1,290
OUTROS INGRESSOS	2,882,034	1,637,978
DESEMBOLSOS	-	-
DESPESA CORRENTE	6,346,863	6,074,603
PESSOAL	3,779,003	3,535,075
MATERIAL DE CONSUMO	47,388	53,222
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	441,825	416,949
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1,043,702	992,496
ENCARGOS DIVERSOS	192,025	172,110
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	889	931
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	842,030	903,820
OUTROS DESEMBOLSOS	3,336,645	2,261,099
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	602,366	367,967
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
INVESTIMENTOS	47,989	144,044
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(47,989)	(144,044)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	554,377	223,924
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	6,773,129	6,549,205
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	7,327,506	6,773,129

Página: 1/1



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina - CAU SC, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista. Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Estadual, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral, Resolução CAU BR nº 033/2012.

O Conselho está localizado cidade de Florianópolis (SC), na Av. Prefeito Osmar Cunha, nº 260 - Ed. Royal Business Center, 6º andar, Centro, sob a jurisdição do Estado de Santa Catarina.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisão para contingências, sempre que constituída; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 9), e a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes (Nota 6) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 13). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2. e 3.2.1), ressaltam-se:



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Créditos de anuidades

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente a previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU/SC, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Quando há necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos, a administração realiza uma análise individualizado de cada caso.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

a) Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/SC procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.

b) Base de mensuração - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.

c) Julgamento pela aplicação - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/SC, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

d) Reflexo patrimonial comparativo

Descrição	2018	2017
Créditos de Anuidade	3.197.823	2.299.488
(-) Perdas de Devedores Duvidosos	(1.778.713)	(1.857.067)
Total	1.419.110	442.421



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Do montante na conta de PDD de R\$1.778.713 do ajuste contábil em 2018, somente o valor de R\$92.443, incidente sobre os créditos de anuidades de 2017, foi registrado como variação patrimonial aumentativa do exercício do balanço, e o valor de R\$14.090 foi registrado como uma variação patrimonial diminutiva. O ajuste para perdas de devedores duvidosos é calculado atualmente, conforme metodologia apresentada na nota explicativa nº 6, sendo utilizado no exercício de 2018 o percentual de 87% para profissionais e para empresa 91%. Não houve ajuste para as anuidades do ano corrente.

3.3. Estoques

Caso a Entidade venha a manter controle dos estoques, estes serão registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Descrição	Anos
Móveis e Utensílios	10
Máquinas e Equipamentos	10
Instalações	10
Utensílios de Cozinha	5
Equipamentos de Processamento de dados	5
Biblioteca	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

- a) Risco de Crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

- i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e
- ii) com relação as contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

- b) Risco de mercado: O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 5. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.
- c) Risco de liquidez: O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Instituição Financeira	Modalidade	2018	2017
Banco do Brasil c/ Movimento	Cta Corrente	4.877	-
Banco do Brasil c/ Arrecadação	Cta Corrente	6.738	-
Banco do Brasil - Fundos de Investimento 105810-X	Aplicação	427.593	1.055.049
Banco do Brasil - Fundos de Investimento 106810-X	Aplicação	6.838.297	5.718.080
Banco do Brasil Ourocap	Tit.Capitalização	50.000	-
Total		7.327.506	6.773.129

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de anuidade

Os valores a receber classificados no grupo Créditos a Curto Prazo estão segregados por anuidades do ano corrente Pessoa Física e Pessoa Jurídica, e exercícios anteriores Pessoa Física e Pessoa Jurídica.

Em atendimento a Resolução CFC nº 1.111/07, foram reconhecidos nos encerramentos de 2017, as perdas estimadas, considerando saldos contábeis.

Uma vez levantado a divergência entre valores contábeis e relatório SICCAU (Sistema de Informação e Comunicação do CAU), foram necessários ajustes contábeis. Visto que, as contas de anuidades são reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária (Nota 3.2 e 3.2.1). E, em decorrência deste levantamento foi constituído saldo de Provisão de Perdas Duvidosas.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Para apuração do percentual de Provisão de Perdas Duvidosas, foi realizado um comparativo dos 3 últimos anos versus 31/12/2017, onde obteve-se o percentual de 81% de inadimplência, o método utilizado foi a média ponderada, sendo assim aplicando - se à Resolução CFC nº 1.111/07.

Para o ano de 2018 foi utilizado a mesma metodologia, porém com diferenciação dos percentuais para profissionais e empresa, sendo 87% e 91% respectivamente.

Descrição	2018	2017
Pessoa Física - Exercício Corrente	826.941	660.241
Pessoa Jurídica - Exercício Corrente	358.235	333.518
Pessoa Física - Exercícios Anteriores	1.319.894	876.103
Pessoa Jurídica - Exercícios Anteriores	692.753	429.626
(-) Provisão para Perdas de Créditos PF	(1.148.308)	(1.240.752)
(-) Provisão para Perdas de Créditos PJ	(630.405)	(616.315)
Total	1.419.110	442.421

7. Demais créditos a curto prazo

Descrição		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Adtos a fornecedores	7.1	16	16
Adtos férias	7.2	-	12.656
Adtos diversos	7.3	1.540	36.611
Adtos à Imprensa Nacional	7.4	583	618
Adtos da Folha de Pagamento	7.5	684	3.230
Processo nº 5002523-18.2015.4.04.7212	7.6	-	2.580
Processo nº 0001695-64.2016.5.12.0035	7.7	268.942	-
Impostos a Recuperar	7.8	1.964	1.927
Devedores da Entidade	7.9	9.495	9.480
Fundo de Apoio	7.10	76	76
Impostos retidos indevidamente	7.8	11.519	11.519
Total		<u>294.819</u>	<u>78.714</u>

Os demais créditos são representados por contas de adiantamentos diversos, impostos retidos indevidamente, impostos a recuperar e depósitos judiciais. Podemos a destacar algumas contas com os valores relevantes e outras de valores que não impactam no balanço patrimonial.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

7.1. Adiantamento de Fornecedores
Esse saldo é remanescente do ano 2014

Data - Conta - Adtos a Fornecedores	Valor
08/12/2014 - adto. Angeloni	405
08/12/2017 - Baixa Angoloni	(404)
22/12/2017 - Adto Celesc	15
Total	16

7.2. Adiantamento de Férias
São pagamentos de férias efetuados adiantadamente, quando da confecção da folha esse valor pode diminuir ou permanecer para ser descontado na próxima folha.

Data - Conta - Adtos de Férias	Valor
31/12/2018 - Pagamento Férias diversos funcionários	-
Total	-

7.3. Adiantamento Diversos
Atualmente nesta conta tem valores de anos anteriores e do exercício corrente. São efetuados lançamentos a título de adiantamentos a fornecedores, quando de fato ocorre a despesa e baixado o valor adiantado, conforme quadro de movimentação abaixo.

Data - Conta - Adtos Diversos	Valor
31/12/2016 - Saldo de exercícios anteriores	629
14/09/2017 - Adto. WTL Turismo e Locação	286
06/06/2018 - Ressarcimento 15106 Eluize F. Mendes	94
14/11/2018 - Ressarcimento 1506 Betsy Beuther	32
05/12/2018 - Adto. Condomínio Royal Busines Center	499
Total	1.540

7.4. Adiantamento à Imprensa Nacional
Nesta conta e realizados os adiantamentos a Imprensa Nacional, quando incorrida a despesa e utilizada os créditos existentes.

Data - Conta - Adtos à Imprensa Nacional	Valor
31/12/2018 - saldo de adiantamento em 19/12/2018	583
Total	583

7.5. Adiantamento da Folha de Pagamento
A conta adiantamento da folha de pagamento ela comporta os valores que não são despesa da entidade, ou seja, descontos efetuados na folha com pessoal, como plano de saúde e vale transporte.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Data - Conta - Adtos da Folha de Pagamento	Valor
26/12/2018 - Vale transporte - SETUF e Fenix	684
Total	684

7.6. Processo nº 5002523-18.2015.4.04.7212

Essa conta tem como ano de abertura 2017, o valor contido nela é oriundo de uma decisão judicial em favor do CAU/SC. Tendo com valor total da ação de R\$ 3.870, a qual será recebida em 03 parcelas.

Data - Conta - Proc. nº 5002523-18.2015.4.04.7212	Valor
30/11/2017 - Reconhecimento da receita decisão de ação.	3.870
30/11/2017 - Recebimento parcela 01/03.	(1.290)
02/01/2018 - Recebimento parcela 02/03	(1.290)
30/01/2018 - Recebimento parcela 03/03	(1.290)
Total	-

7.7. Processo nº 0001695-64.2016.5.12.0035

Essa conta tem como ano de abertura 2018, o valor contido nela é oriundo de uma depósito judicial para o Tribunal Regional do Trabalho, onde tramita uma ação contra CAU/SC. Tendo com valor total da ação de R\$ 268.941,83.

Data - Conta - Proc. nº 001695-64.2016.5.012.0035	Valor
11/12/2017 - Depósito Judicial TRT - Lothar Matheus x CAU/SC.	268.941,83
Total	268.941,83

7.8. Impostos a Recuperar e Retidos indevidamente

Os saldos destas contas são oriundos de exercícios anteriores. No exercício de 2015, contrariando a IN 1.234, artigo 4º, parágrafo VII, foi retido equivocadamente IR sobre rendimento financeiro. Referente ao valor retido de R\$ 11.519,05, foi formalizado pedido de Restituição na Secretaria da Receita Federal em 01/07/2016, Processo n.º 11516.722596/2016-84, e pode ser acompanhado através do portal Comprot do Ministério da Fazenda. No ano de 2018 não houve movimentação do saldo descrito abaixo.

Data - Conta - Impostos a Recuperar	Valor
30/04/2015 (Conta 5810) - IRRF	15
30/04/2015 (Conta 6810) - IRRF	-
30/04/2015 (Conta 6810) - IOF	6
31/12/2016 - Reconhecimento de salário maternidade	1.906
21/12/2018 - Pgto a maior INSS 11/2018	37
Total	1.964



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Data - Conta - Imposto retidos indevidamente	Valor
31/05/2015 (Conta 5810) - IRRF	4.063
31/05/2015 (Conta 6810) - IRRF	10.130
10/07/2015 (Devolução Parcial Conta 5810)	(3.676)
30/06/2015 (Conta 5810) - IRRF	525
30/06/2015 (Conta 6810) - IRRF	24
31/07/2015 (Conta 5810) - IRRF	453
Total	11.519

7.9. Devedores da Entidade

Os valores lançados nesta conta, são provenientes de pagamentos a maior, juros e multas, o qual constituem um direito a ser devolvidas a entidade.

Data - Conta - Devedores da Entidade	Valor
31/12/2016 - Saldo de exercícios anteriores.	5.703
31/12/2017 - saldo do exercício 2017	3.777
31/12/2018 - Saldo do exercício 2018	15
Total	9.495

7.10. Fundo de Apoio

Esta conta apresenta pequenos valores remanescentes de exercícios anteriores: 2013, 2014 e 2015. São recebimentos de RRT (Registro de Responsabilidade Técnica).

Data - Conta - Devedores da Entidade	Valor
31/12/2013 - Saldo de exercício 2013	56
31/12/2014 - saldo do exercício 2014	4
31/12/2015 - saldo do exercício 2015	21
Total	76

8. Créditos a Longo Prazo

Descrição	2018	2017
Processo nº 50230450520154047200	-	889
Processo nº 0000139-55.2015.5.12.0037	-	8.960
Devedores da Entidade A	148	-
Total	<u>148</u>	<u>9.849</u>



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

9. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

Descrição	Custo em 31/12/2018	Depreciação Acumulada	Líquido em 2018	Líquido em 2017
Móveis e Utensílios	377.901	(114.386)	263.515	277.485
Máquinas e Equipamentos	154.777	(42.431)	112.346	89.250
Instalações	9.395	(3.995)	5.400	6.245
Utensílios de Cozinha	742	(422)	320	388
Equipamentos de Processamento de Dados	231.063	(140.606)	90.457	99.918
Biblioteca	1.320	(494)	826	957
Total	<u>775.199</u>	<u>(302.334)</u>	<u>472.864</u>	<u>474.242</u>

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

Descrição	Saldo Inicial em 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Móveis e Utensílios	358.115	19.786	-	377.902
Máquinas e Equipamentos	118.994	35.846	-	154.777
Instalações	9.395	-	-	9.395
Utensílios Copa e Cozinha	742	-	-	742
Equip. Processamento de Dados	214.969	16.095	-	231.063
Biblioteca	1.320	-	-	1.320
Total Imobilizado				775.199
Depreciação				(302.334)
Valor Líquido Imobilizado				472.864

11. Intangível

Descrição	Custo em 31/12/2018	Amortização Acumulada em 31/12/2018	Líquido em 2018	Líquido em 2017
Softwares - Licença Anual	10.774	(9.343)	1.431	1.262
Softwares - Intranet	16.000	-	16.000	16.000
Total	26.774	(9.343)	17.431	17.262

Movimentação do intangível:

Descrição	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Saldo em 31/12/2018
Softwares - Licença Anual	7.574	3.200	10.774
Softwares - Intranet	16.000	-	16.000
Total Intangível			26.774
Amortização			(9.343)
Valor Líquido Intangível			17.431



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

12. Fornecedores a pagar

Os fornecedores a pagar em 31/12/2018 foram classificados como Restos a Pagar pelo valor de despesas liquidadas e não pagas. Sendo apresentado detalhamento em relatório anexo "Composição de Fornecedores"

Descrição	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Restos a Pagar	277.474	4.331
Vale Alimentação a Pagar	1.227	-
Total	<u>278.700</u>	<u>4.331</u>

A entidade utiliza prazo médio de 40 dias para liquidações de seus fornecedores, devendo então ser considerado como aging list o saldo contábil a ser pago neste prazo.

13. Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição	<u>2018</u>	<u>2017</u>
INSS	16.686	1.563
IRRF	77.187	26.474
ISS	574	1.396
IRRF/COFINS/CSLL/PIS A RECOLHER	1.203	2.825
Contribuição Sindical - Anual	176	-
Dynamika Soluções WEB Ltda	-	2.270
Outros Valores Restituíveis A	1.077	1.535
Total	<u>96.904</u>	<u>36.063</u>

14. Provisões a Curto Prazo

Descrição	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Férias	300.625	246.672
INSS s/ Férias	64.634	53.034
FGTS s/ Férias	24.050	19.734
PIS s/ Férias	3.006	2.467
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO	1.950	1.950
Total	<u>394.265</u>	<u>323.856</u>



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

15. Provisão para riscos processuais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina não constitui provisões por estimativa para riscos processuais. Contudo, em 31/12/2018, foi realizada uma avaliação pelos assessores jurídicos da Entidade onde aponta a probabilidade provável de perda, razão pela qual houve a necessidade de constituir uma provisão conforme orienta a NBC TSP 03 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

a) Perdas Prováveis, provisionadas no Balanço.

Em 31/12/2018 conforme relatório emitidos pelos assessores jurídicos da Entidade, temos os seguintes processos como possível.

Tipo de Ação	Valor
Ação Civil	1.000
Ação Ordinária	4.679
Juizado Especial	1.402
Ação Trabalhista Ordinária	268.942
Total	276.023

b) Perdas Possível

Para o exercício fim do em 31 de dezembro de 2018, não houve classificação de perda possível.

16. Patrimônio Líquido

Foram ajustados ao Patrimônio Líquido do exercício de 2018:

Descrição	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Superávit/(Déficit do exercício)	7.429.387	7.936.153
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(12.384)	(1.070.488)
Resultados Acumulados	1.068.984	563.722
Total	<u>8.485.986</u>	<u>7.431.368</u>

17. Partes relacionadas

No exercício de 2018 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria. Houveram rescisões de contrato de trabalho, que serão apresentadas em relatório anexo.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

18. Despesas por natureza

As Variações Patrimoniais Diminutivas foram incorridas da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Depreciação e Amortização	76.137	77.734
Despesas com Pessoal e Encargos	4.542.794	3.964.552
Despesas com Contratação de Terceiros	1.539.490	1.461.531
Transferências Intragovernamentais	887.352	908.820
Desvalorização e Perdas de Ativos	14.090	802.560
Despesas Judiciais	276.023	-
Total	7.335.885	7.215.197

19. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2018	2017
Varição Patrimonial aumentativa (Receita)	8.404.869	7.778.919
(-) Variação Patr. Diminutiva (Despesa)	(7.335.885)	(7.215.197)
(=) Superávit Patrimonial Apurado	1.068.984	563.722
Resultado Orçamentário	2018	2017
Receita Orçamentária Arrecadada	7.403.840	7.065.691
(-) Despesas Liquidadas	(6.672.325)	(6.224.868)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	731.515	840.823
Resultado Financeiro	2018	2017
Saldo em Espécie para Exercício Seguinte	7.327.506	6.773.129
(-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior	(6.773.129)	(6.549.205)
(=) Superávit Financeiro Apurado	554.377	223.924

20. Seguros

A Entidade não adota uma política de seguros.

21. Relacionamento com os auditores independentes

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

22. Eventos subsequentes

Se houver eventos subsequentes de 1º de janeiro até data de emissão do relatório de auditoria e, que seja necessário à sua divulgação, conforme CPC 24/IAS 10, deverá ser divulgada a informação, para fins de apresentação.

Florianópolis - SC, 07 de março de 2019

* * *